

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001624-96.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico**
 Requerido: **Krow Lares Componentes de Metal Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

UNIMED SÃO CARLOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO pediu a condenação de **KROW LAIRES COMPONENTES DE METAL LTDA, MARCELO CAETANO DE JESUS e JOSÉ CAETANO DE JESUS** ao pagamento da importância de R\$ 7.237,68, correspondente ao valor de mensalidades do plano de saúde que deixaram de pagar.

Citados, os réus não contestou o pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 319).

Demais disso, os documentos juntados comprovam a relação jurídica contratual, da qual decorre a obrigação dos réus, de pagarem o valor cobrado.

Analisando o cálculo apresentado pela autora (fls.02), os encargos moratórios aplicados às mensalidades não pagas estão compatíveis com a legislação.

No entanto, falta amparo legal à inclusão de verba honorária de 20%, unilateralmente imposta pela autora, porquanto a fixação constitui tarefa de quem preside o processo. E esta parece abusiva, pois mais razoável estabelecer 10%, perante a mínima complexidade da causa.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno os réus a pagar para a autora o valor atinente às mensalidades cobradas, com correção monetária e juros moratórios subsequentes àqueles já contabilizados na planilha de cálculo que instruiu a petição inicial, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora, fixados em 10% do valor da dívida.

P.R.I.C.

São Carlos, 15 de setembro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**